

OS VALORES POLÍTICOS DOS BRASILEIROS DURANTE O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO OCORRIDO ENTRE 2013 E 2022 COM BASE NOS DADOS DO LATINOBARÓMETRO

Marília Gabriela da Silva Ferreira*

Simone Piletti Viscarra†

Resumo: Este estudo objetiva investigar as orientações políticas dos brasileiros, compreendidas como valores, atitudes e crenças, que ajudam a explicar o processo de desdemocratização do sistema político brasileiro ocorrido entre 2013 e 2022. A hipótese central é que a ambivalência das orientações políticas dos brasileiros acentua o processo de recessão democrática. Para tanto, analisam-se dados das *surveys* realizadas pelo Latinobarómetro nos anos 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020 no Brasil. Esses dados quantitativos permitem observar, de forma comparada e longitudinal, as avaliações e os comportamentos políticos dos cidadãos. No plano teórico, recorre-se a Peres (2008), Pinto (2022), Moisés (2008) e Baquero (2001, 2003) para discutir os conceitos de cultura política e democracia; a Tilly (2007), Levitsky e Ziblatt (2018), Brown (2019) e Przeworski (2020) para abordar o processo de desdemocratização; e a Avritzer (2019), Carvalho (2001), Mendonça (2021) e Miguel (2019) para tratar do contexto brasileiro. Os resultados indicam que, embora os brasileiros apresentem valores democráticos, tendem a relativizá-los em favor de alternativas, muitas vezes autoritárias e aparentemente mais rápidas, para solucionar problemas. Tal relativização, associada à decepção generalizada com instituições percebidas como ineficazes para resolver questões políticas, sociais e econômicas, pode ter acentuado o processo de recessão democrática vivenciado nos últimos anos.

Palavras-chave: Brasil; cultura política; desdemocratização; Latinobarómetro.

THE POLITICAL VALUES OF BRAZILIANS DURING THE DEDEMOCRATIZATION PROCESS OCCURRED BETWEEN 2013 AND 2022 BASED ON DATA FROM THE LATINO BAROMETRO

Abstract: This study aims to investigate the political orientations of Brazilians that is, the values, attitudes, and beliefs that help explain the process of de-democratization of the Brazilian political system experienced between 2013 and 2022. The

* Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Membro do Centro de Estudos em Instituições, Participação e Cultura Política (POLITIK) na UNIVASF e do grupo de estudos Cultura Política, Comportamento e Democracia (CPCD) na UFPR. E-mail: gabi12marilia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1756-2881>.

† Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. cursou Doutorado Sanduíche na Universidade de Denver (2014). Professora do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), vice-cordenadora do Politik - Centro de Estudos em Instituições, Participação e Cultura Política e Presidenta executiva da ABCP Nordeste. E-mail: simoneviscarra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8279-5980>.

hypothesis is that the ambivalence of Brazilians' political orientations intensifies the process of democratic recession. To this end, data from the surveys conducted by Latinobarómetro in Brazil in the years 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018, and 2020 are analyzed. These quantitative data enable a comparative and longitudinal examination of citizens' political evaluations and behaviors. Theoretically, the study draws on authors such as Peres (2008), Pinto (2022), Moisés (2008), and Baquero (2001, 2003) to address the key concepts guiding this work political culture and democracy. To discuss the process of de-democratization, it adopts Tilly (2007), Levitsky and Ziblatt (2018), Brown (2019), and Przeworski (2020). The Brazilian context is analyzed based on Avritzer (2019), Carvalho (2001), Mendonça (2021), and Miguel (2019). The results indicate that, although Brazilians express support for democratic values, they are often willing to compromise these principles in favor of alternatives—frequently authoritarian in nature and perceived as more expedient—for addressing societal problems. This relativization, coupled with widespread disappointment in institutions perceived as ineffective in addressing political, social, and economic issues, may have intensified the process of democratic recession experienced in recent years.

Keywords: Brazil; political culture; de-democratization; Latin Barometer.

1 INTRODUÇÃO

A democracia mundial está em crise. Desde 2013, os relatórios do *Democracy Index*¹ apontam para um declínio das pontuações das médias globais de democratização. Ademais, dados do Instituto Internacional de Pesquisa Independente V-Dem (Varieties of Democracy)² (V-Dem Institute) indicaram que “pela primeira vez, desde 2001, os regimes autocráticos superaram os regimes democráticos no mundo, atingindo 92 países e 54% da população mundial” (V-Dem Institute, 2020, p. 6). Ou seja, verifica-se um enfraquecimento dos governos democráticos, enquanto os regimes autoritários se ampliam (International IDEA, 2022). Esse fenômeno também se manifesta nas Américas: nos Estados Unidos, com Donald Trump³; na América Central, com Daniel Ortega na Nicarágua (2007 – atualmente); e na América do Sul, com Nicolás Maduro na Venezuela (2013 – atualmente), Sebastián Piñera no Chile (2010, 2018), Jeanine Áñez na Bolívia (2019) e Pedro Pablo Kuczynski no Peru (2016). No Brasil, observa-se igualmente essa tendência autoritária no período de 2013 a 2022.

¹ Os relatórios do *Democracy Index* medem e classificam as democracias de 167 países numa escala de 0 a 10 e, assim, em quatro tipos de regime político: “democracia plena”, “democracia imperfeita”, “regime híbrido” e “regime autoritário” (The Economist Intelligence Unit, 2023).

² A metodologia do V-Dem classifica os regimes políticos em quatro: i) democracia liberal, ii) democracia eleitoral, iii) autocracia eleitoral ou iv) autocracia fechada. Para saber mais, consultar a homepage do site: <https://v-dem.net/> (V-Dem Institute, 2024).

³ Para saber mais, ver “Como as democracias morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018); “O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la”, de Yascha Mounk (2019).

Classificado como uma democracia imperfeita pelo *Democracy Index* (2006-2022), em 2022 o Brasil teve sua pior pontuação, caindo 4 posições no *ranking* dos países mais democráticos – de 47º em 2021 a 51º em 2022. Esse declínio ocorre devido à queda nos índices de “liberdade civil” que entre 2010 e 2015 obtinha boa pontuação (9,12) mas em 2021 e 2022 cai (7,65); pela baixa pontuação em 2022 no item “funcionamento do governo” (5,0) e queda dos critérios “participação política” e “cultura política”. Adicionalmente, segundo o V-Dem (Schuinski, 2022), o Brasil teve o 4º maior declínio democrático da última década, ocupando o 56º lugar no *ranking* mundial.

Com relação a estudos no país sobre essa situação, Moisés (2008), Peres (2008) e Pinto (2022) constataam a necessidade de se compreender a relação entre cultura e instituições políticas. Segundo Moisés (2008), essa relação é de causa e efeito, pois a legitimidade de um regime político depende dos valores da população com relação ao desempenho das suas instituições políticas – afinal é ela quem vota. Logo, estudar a cultura política dos brasileiros ajuda a compreender o atual cenário político da democracia no país, até porque o país é marcado por um passado autoritário, por uma herança política elitista, uma exclusão política da maioria da população e pela incompletude de direitos humanos, políticos e sociais (Carvalho, 2001).

Em dias atuais, à problematização da qualidade da democracia brasileira somam-se as manifestações do Movimento Passe Livre, em junho de 2013, no Brasil, e a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência (2018-2022). Em 2013, a população vai às ruas insatisfeita com os seus governos, desapontada com o desempenho do regime democrático e pedindo melhorias em diversos setores, como transporte, educação e saúde. De acordo com Freixo e Pinheiro-Machado (2019), essas manifestações abriram espaço para que setores da direita autoritária se mobilizassem de forma mais intensa. Na sequência, as ações contrárias à reeleição de Dilma Rousseff novamente favoreceram a recomposição e a radicalização da direita conservadora. Nesse cenário, popularizou-se a figura de Jair Bolsonaro (BBC News Brasil, 2018; Poder 360, 2021), capitão reformado do exército e 7 vezes deputado federal pelo Rio de Janeiro. Valendo-se do descontentamento generalizado, Bolsonaro foi eleito democraticamente para presidente em 2018, marcando a entrada definitiva do país em um processo de autocratização e desdemocratização (Miguel, 2019; Silva, 2021).

Diante disso, o presente trabalho visa a responder à seguinte pergunta: como se configuraram as atitudes, crenças e os valores políticos dos brasileiros durante o processo de desdemocratização ocorrido entre 2013 e 2022? A hipótese inicial é a de que, embora os brasileiros apresentem valores democráticos, também demonstram certo grau de tolerância a práticas autoritárias. Para

isso, analisaram-se dados de pesquisas do tipo *survey* realizadas pelo Latino-barômetro⁴ no Brasil nos anos 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020, com o apoio do *Software SPSS* versão “20”. Tendo como unidade de análise o cidadão brasileiro, o número da amostra de todos os anos foi de 1.204 respondentes, com exceção de 2015 e 2017, que contaram com 1.250 e 1.200 participantes, respectivamente. Assim, nossa contribuição está em compreender as percepções, atitudes e comportamentos políticos dos brasileiros e verificar se essas acompanham os acontecimentos políticos da última década.

2 CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

A teoria da cultura política na ciência política surge num contexto no qual estudos de natureza excessivamente formal, enfoque institucional e perspectiva normativa eram predominantes e não conseguiam explicar diversos fenômenos (Peres, 2008). Essa vertente ganha espaço quando se publica a obra *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) para quem a teoria se refere especificamente às orientações psicológicas das pessoas em relação a objetos sociais e políticos. Segundo os autores, a cultura política é “a distribuição particular de padrões e orientações (cognitivas, afetivas e avaliativas) para os objetos políticos entre os membros da nação” (Almond, Verba, p. 13, 1965 *apud* Scherer, 2010). Tais valores e atitudes são resultado das experiências e da socialização vivenciadas publicamente pela população. Assim, tais estudos, de perspectiva culturalista, tem como objetivo demonstrar a dinâmica real da política via investigação factual com vistas a observar o comportamento humano como expressão objetiva e mensurável da moral e da vontade das pessoas.

De acordo com o que propõe Pinto (2022, p. 23), a cultura política corresponde a “atitudes, normas, crenças e valores políticos (como respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança institucional, sentido conferido ao voto) que orientam o envolvimento das pessoas com a vida pública”. Assim como o funcionamento das instituições influencia a cultura política, os valores também afetam suas escolhas em relação às instituições políticas. Segundo Moisés (2008), a adesão à democracia e a confiança política nas instituições dependem tanto da cultura política dominante quanto do desempenho das instituições democráticas. Por esse motivo, essa abordagem foi adotada neste trabalho, com o objetivo de estabelecer uma relação entre tais orientações e o processo de (des)democratização observado no Brasil entre 2013 e 2022. Afinal, são os valores democráticos e sua validação pela população que legitimam o sistema político, ou seja, a experiência política e a percepção

⁴ Desde 1995, este estudo de opinião pública dos latino-americanos utiliza indicadores de atitude, opinião e comportamento para medir o estado da cultura. Criado sob influência do Word Value Survey, que mede tais variáveis mundialmente, a pesquisa que abrange os 18 países da América Latina aborda o desenvolvimento da sociedade, democracia e economia.

acerca do funcionamento das instituições evidenciam o apoio dos cidadãos à democracia. Quando negativos, esses elementos podem causar desconfiança e insatisfação, conduzindo ao distanciamento, desprezo e alienação em relação à democracia e suas partes, como partidos políticos e Congresso. Somando-se a isso a fragmentação partidária e a personalização das relações políticas, tem-se um cenário no qual as lideranças individuais são privilegiadas, sobrepondo as instituições (Pinto, 2022).

É possível observar a consolidação da democracia, em caráter culturalista, a partir de três níveis: i) comportamental, quando nenhum setor político busca destituir o governo democrático ou desmembrar o Estado; ii) atitudinal, quando grande maioria da população, mesmo em situações de crise, permanece defendendo soluções e mudanças políticas a partir de vias democráticas; e iii) constitucional, por meio do qual somente é possível resolver conflitos sob jurisdição da lei (Scherer, 2010). Por sua vez, a aceitação do regime democrático depende do julgamento dos indivíduos, realizado com base em sua experiência, que pode ser traduzida e mensurada a partir de suas atitudes de adesão ou não à democracia, de seus níveis de satisfação e de confiança com relação ao sistema político e a suas instituições. Por isso, é relevante neste artigo tratar dos valores, crenças e atitudes, por entender que esses estão associados com a qualidade do regime político.

A desdemocratização, segundo Charles Tilly (2007), é o processo pelo qual um regime político se torna menos democrático ao restringir a participação cidadã, aumentar a desigualdade política, reduzir as proteções e as garantias legais contra arbitrariedades do Estado e enfraquecer a vinculação mútua entre governo e sociedade. Assim, o fenômeno ocorre quando o Estado favorece determinados grupos, restringindo o acesso à política para outros, enfraquece direitos civis e limita a influência das demandas populares sobre as decisões governamentais. O autor enfatiza que a desdemocratização pode acontecer de maneira mais rápida e abrupta do que a democratização, frequentemente impulsionada por elites governantes que buscam preservar seu poder diante de crises ou ameaças. Para além dos fatores mencionados, os sinais de que esse processo está ocorrendo incluem a repressão política, a manipulação de eleições, o enfraquecimento das instituições democráticas e a concentração do poder em poucas mãos.

Muitas vezes o fenômeno da desdemocratização ocorre internamente, sem um rompimento explícito e violento. Levitsky e Ziblatt (2018) argumentam que as democracias contemporâneas não são destruídas apenas por golpes militares, mas também por líderes eleitos que, gradual e legalmente, subvertem as instituições democráticas. Analisando o caso dos Estados Unidos, os autores verificaram que tal fenômeno se manifestou de maneira alarmante: políticos tratando rivais como inimigos, intimidando a imprensa livre e ameaçando rejeitar resultados eleitorais, enquanto buscavam ativamente enfraquecer as

salvaguardas institucionais da democracia para se perpetuarem no cargo. Esse cenário ficou evidente com a eleição de Donald Trump (2017-2021) para presidência, candidato sem experiência prévia em cargos públicos, com pouco compromisso com normas constitucionais e claras tendências autoritárias. A erosão democrática muitas vezes passa despercebida pela população, pois medidas autoritárias são disfarçadas de legalidade, aprovadas por legislativos ou validadas por tribunais. Ambos destacam que as instituições não são suficientes para conter autocratas que não respeitam normas democráticas básicas, como a tolerância mútua (reconhecimento dos rivais como legítimos) e a contenção (uso moderado do poder). Assim, os próprios mecanismos democráticos são, paradoxalmente, usados para corroer a democracia (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Brown (2019) analisa o processo de desdemocratização a partir de uma perspectiva crítica ao neoliberalismo, argumentando que sua racionalidade econômica e política corrói os fundamentos da democracia e redefine a liberdade individual como princípio central, inspirando e legitimando discursos de extrema direita que instrumentalizam essa noção para justificar exclusões violentar baseadas em racismo, discursos anti-islâmicos antissemitas – muitas vezes em nome da hegemonia branca, masculina e cristã. Esse fenômeno ocorre quando: i) a globalização enfraquece a soberania dos Estados-nação, alimentando narrativas xenófobas e políticas anti-imigração; ii) o neoliberalismo destrói o tecido social, substituindo solidariedades coletivas por relações mercantilizadas que corroem o bem comum; e iii) a financeirização e a desterritorialização criam formas de sociabilidade desenraizadas, alheias aos processos democráticos. Logo, a desdemocratização, sob o neoliberalismo, consolida um projeto político que prioriza uma ordem excludente, onde a liberdade individual é distorcida para legitimar hierarquias de poder e violências estruturais (Brown, 2019).

Segundo Przeworski (2020), a democracia opera como um sistema de resolução pacífica de conflitos, baseado em eleições competitivas, liberdades civis e estado de direito. Sua estabilidade depende da confiança dos atores políticos nas regras do jogo, mas entra em declínio quando esses pilares são corroídos. Um dos principais vetores dessa erosão é o populismo delegativo, especialmente de direita, que surge da frustração popular com instituições democráticas, as quais se mostraram incapazes de atenuar as desigualdades sociais. Em contextos de crise, líderes populistas exploram esse descontentamento para concentrar poder, promovendo discursos nacionalistas, racistas e xenofóbicos e enfraquecendo freios e contrapesos sob um verniz de constitucionalidade. Esse processo gera um círculo vicioso: a oposição perde capacidade de competir eleitoralmente, as eleições tornam-se meros rituais sem impacto real e a repressão a protestos se intensifica. Paralelamente, ocorre um colapso do sistema partidário tradicional, substituído por forças populistas que promovem agendas nacionalistas e antidemocráticas, enquanto a desconfiança nas instituições se aprofunda. O resultado é uma democracia esvaziada, em que disputas políticas

migram das arenas institucionais para o campo da coerção, mantendo apenas uma fachada de legalidade (Przeworski, 2020).

Em relação ao caso brasileiro, Avritzer, Kerche e Marona (2021) afirmam que há desdemocratização quando ocorre: i) a degradação das instituições políticas (inclusive dos três poderes e o equilíbrio entre eles), bem como a politização do Poder Judiciário; ii) o desencaixe da economia com os processos democráticos e com o sistema de direitos; e iii) a degradação dos valores democráticos da população, que pode ser observada nos indicadores de confiança e apoio ao regime democrático e suas instituições. Ainda segundo o autor, o Brasil vive em ondas de entusiasmo democrático e avanço nos direitos que, eventualmente, ao se instaurarem crises de diversas ordens, encontram-se ameaçados por forças de contornos conservadores, neoliberais e autoritários (Avritzer, 2019).

Aqui, destaca-se a questão do consenso dos cidadãos em torno da democracia, uma vez que, em situações de reversão de direitos da população, em especial os sociais e os civis, observa-se a diminuição do apoio popular ao regime político. Com os direitos fundamentais postos em cheque, a população passa a considerar alternativas não democráticas, apoiando candidatos cujo discurso é antissistêmico. Ou seja, a crise da legitimidade popular da democracia, especialmente em países cujo sistema político ainda não se encontrava consolidado, pode levar a população a buscar alternativas antidemocráticas. A partir dessa discussão, pode-se interpretar os principais acontecimentos políticos do Brasil na última década, com base em Luís Felipe Miguel (2019). Para ele, o processo de superação da ditadura militar, por não ser oriundo do colapso do regime e, sim, de negociação dos grupos privilegiados, explica a natureza da democracia e, em parte, sua fragilidade. Embora o regime democrático conte com a Constituição Federal de 1988 e com diversos arranjos institucionais – dentre eles a competição eleitoral, o voto e o sufrágio universal – que justificariam o argumento de que este já estaria consolidado, verificou-se, na última década, que persistem grupos tentando obstruir a democracia quando lhes é conveniente. Ademais, a conjuntura da democracia política pode ser caracterizada por uma relativização dos direitos sociais e civis, especialmente ao se tratar da população pobre e periférica, praticada por órgãos que, justamente por sua natureza de controle, deveriam se submeter à lei (Avritzer, 2019).

Ou seja, apesar dos avanços democráticos das últimas décadas, observa-se uma base frágil, até porque parte dos direitos não foram conquistados através da luta popular; ao contrário, o Estado cedia direitos a fim de alimentar a passividade geral, além de lidar com a precariedade dos direitos civis (Carvalho, 2001). Com isso, após 1988 a democracia não resolveu os problemas mais graves da população, como a desigualdade, a insegurança e o desemprego, diminuindo o entusiasmo que estava presente na transição da ditadura para o regime democrático. Cabe considerar, contudo, que a democracia, por si só,

não é capaz de resolver todos os problemas, dependendo, para se fortalecer, do apoio da população – atualmente considerado baixo.

Ainda sobrevive a velha tradição da busca por líderes carismáticos, messiânicos, salvadores da Pátria e discursos de solução pontual e/ou rápida. Isso somado à perda de confiança nas instituições como Legislativo, Executivo e dos próprios políticos. Essa situação foi descrita por Carvalho (2001, p. 228) assim: “Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais”. Um passo de tentativa de mudança foi a vitória de Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT), em 2002, com apoio das massas populares e que, durante seu mandato, adotou políticas sociais compensatórias para diminuir a desigualdade social, o que causou nas classes dominantes um sentimento de inconformidade. Com isso, o presidente necessitou adotar políticas conciliatórias. Seu objetivo era assegurar melhorias à população mais pobre, sem, contudo, ameaçar os grupos privilegiados. Reeito em 2006, apesar do escândalo do mensalão, Lula tinha uma imagem desgastada, e seu partido passava por um processo de criminalização. Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita como indicada de Lula e com o objetivo de atenuar a desigualdade social, sem, contudo, ameaçar os privilégios da elite econômica. Entretanto, suas ações causaram desconfiança e hostilidade nos grupos privilegiados (Miguel, 2019).

Como reação, durante o mandato de Dilma, ocorreram as manifestações do Movimento Passe Livre (MPL), em 2013, contra o aumento da passagem do transporte público e, depois de serem violentamente reprimidas pelas forças policiais, grupos de diferentes vertentes e pautas somam-se aos protestos. Segundo Luís Felipe Miguel (2019), as jornadas de junho extrapolaram a capacidade de organização do MPL e a pauta inicial, que ia da defesa do transporte público gratuito à insatisfação com os serviços públicos em geral. Nesse cenário, grupos de direita que já estavam desgastados com o governo do PT, há 11 anos no poder, aproveitaram o descontentamento da população para trazer à tona discursos de teor antipolítico e antissistêmico. A estratégia era enfraquecer o governo a partir de retórica conservadora, centrado no combate à corrupção e ao comunismo, para impedir a vitória petista nas eleições de 2014. Os jornais e as emissoras de televisão também contribuíram para o esgotamento dos governos do PT, ao destacarem desproporcionalmente as manifestações de junho de 2013 e aproximarem sua cobertura do discurso da direita (Miguel, 2019; Freixo; Pinheiro-Machado, 2019).

Apesar disso, Dilma Rousseff foi reeleita em 2014 com 51,64% dos votos a 48,3% de Aécio Neves, o que demonstra a alta polarização política dos brasileiros. Em seguida, ocorreriam mais manifestações com o intuito de impedir a posse da mandatária e indicando a futura dificuldade que ela enfrentaria. Inconformado, Aécio Neves e sua coalizão recusaram-se a reconhecer o resultado das urnas, discurso que foi assumido pela direita e pelo próximo presidente

eleito, Jair Bolsonaro. Segundo Miguel (2019, p. 160), houve a quebra do consenso procedimental, “aquele que diz que não há alternativa a não ser jogar o jogo democrático – e se os resultados são frustrantes, o jeito é envidar esforços para melhorar a própria posição na próxima rodada e não encontrar alguma maneira de virar a mesa”.

A situação obrigava Dilma a realizar cada vez mais concessões aos grupos mais poderosos, tomando decisões antipopulares, o que levaria à perda de apoio da sua própria base eleitoral. Essas concessões, porém, não alcançavam a cooperação esperada e ampliaram a desconfiança em relação aos governos petistas, alimentada por frentes como a Operação Lava Jato. O isolamento político da presidente cresceu, assim como os protestos comandados pela direita (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019).

Na tentativa de recuperar apoio e governabilidade, Dilma nomeou em março de 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que já estava sendo investigado pelo Ministério Público de São Paulo – para o cargo de ministro (Struck, 2017). A posse, entretanto, foi impedida por decisão do ministro do STF Gilmar Mendes. O afastamento da presidente ocorreu definitivamente em 31 de agosto de 2016 com o apoio do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), que logo depois seria preso por improbidade administrativa no âmbito da Lava Jato⁵.

A forma como o impedimento ocorreu é até hoje discutida quanto à sua legalidade por conta do argumento das pedaladas fiscais e, sendo, portanto, considerado por muitos autores como decisão de cunho claramente político. Assim, ocorre não só o afastamento de uma candidata eleita democraticamente com base em motivos questionáveis como o aprofundamento do retrocesso democrático brasileiro (Miguel, 2019; Avritzer, 2019). Com a saída de Dilma, Michel Temer (MDB) assume a presidência com uma agenda neoliberal e radicalizada. Ele detinha uma base parlamentar expressiva e, assim, alcançou a aprovação de diversas medidas impopulares como a PEC do Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista, a Lei das Estatais e o Preço de Paridade de Importação (PPI). Sua relação com o Legislativo era de constante barganha, o que compensava sua baixa popularidade. Tais medidas proporcionaram certo controle da crise econômica em que o país se encontrava. A relação entre o Congresso Nacional e Michel Temer foi, contudo, tornando-se mais tensa quando os partidos começavam a se organizar para lançar as candidaturas ao cargo presidencial. Nesse contexto, destaca-se o episódio em que, em abril do ano eleitoral, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi condenado e preso⁶.

⁵ Eduardo Cunha é preso em 19 de setembro de 2016, menos de dois meses depois do impedimento de Dilma Rousseff, por corrupção.

⁶ O ex-presidente Lula da Silva foi preso em abril de 2018 no processo da Operação Lava Jato, que o relacionava à corrupção passiva e à lavagem de dinheiro referente a um Triplex em Guarujá. Foi solto em novembro de 2019, após decisão do STF de proibir prisões imediatamente após a condenação em segunda instância.

O episódio, questionável pela ausência de provas, acabou favorecendo a queda ainda mais brusca da popularidade do PT.

O beneficiado nesse acontecimento foi Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL), que rompeu com a tradicional disputa presidencial, vencendo com recursos limitados (Nicolau, 2020). Bolsonaro era uma figura excêntrica, com um discurso incomum e discurso focado em temas como a segurança, o antipetismo e a corrupção. De acordo com Nicolau (2020), sua vitória deveu-se, em grande parte, ao uso das redes sociais, mobilizadas por *fake news*. Seu governo (2018-2022) foi a expressão máxima da desdemocratização no Brasil, pois, embora eleito democraticamente, além de seus traços autoritários, sua atuação representou uma ameaça sistemática ao regime político. Seu mandato foi marcado por ataques aos valores democráticos, desrespeito à competição política, afrontas ao poder judiciário e minimização da liberdade e do debate público (Mendonça, 2021; Aliaga, 2020; Avritzer, 2019). Mounk (2019) explica esse fenômeno ao afirmar que as elites se comportam com certa tolerância ao sistema político enquanto não houver interesses pessoais em jogo a serem defendidos. Ou seja, as liberdades individuais não são inegociáveis; pelo contrário, podem ser violadas por um conjunto de atores políticos. Populistas autoritários, em geral, costumam trazer soluções simplistas para problemas complexos, culpar os políticos do *establishment* pelos problemas não resolvidos, bem como torná-los inimigos da nação através de alegações falsas, aproveitar-se dos medos e inseguranças das pessoas para se autopromover, apresentar-se como os únicos e verdadeiros representantes do povo (ou de uma camada muito específica da população) e, por último, repudiar as instituições políticas, tratando-as como obstáculos que o impedem de cumprir a vontade de seus apoiadores (Mounk, 2019). E enquadra-se neste tipo ideal a figura de Bolsonaro, que, ao propor soluções simples e fáceis, conquistou muitos eleitores.

Argumenta-se que a preferência por soluções à margem da lei e das normas democráticas, ou a defesa do retorno dos militares como forma de resolver os problemas da sociedade, está associada ao desprezo ou descrédito em relação a componentes fundamentais da democracia e suas instituições (Moisés, 2008). É comum, em momentos de incerteza ou crise, que as pessoas apresentem comportamentos vacilantes em relação à democracia, sobretudo porque ainda persistem, na sociedade brasileira, concepções autoritárias sobre a política. Somam-se a isso as limitações das instituições – como a violação de direitos fundamentais, a restrição de acesso a direitos civis, a violência do Estado e a lentidão das ações dos tribunais de justiça –, o que provoca na população a emergência por métodos de solução que provoquem mudanças mais profundas na sociedade.

Assim, nota-se que, embora o brasileiro aprecie a democracia como um valor e como um ideal, ele possui certa tolerância a governos não democráticos, caso estes possam resolver seus maiores problemas, sobretudo em situações de

crise. Esse comportamento ambivalente, derivado sobretudo do passado autoritário recente do Brasil, cujos traços perduram e coexistem mesmo nos dias atuais, constitui uma característica marcante da cultura política dos brasileiros (Baquero, 2001, 2003; Moisés, 2008).

Soma-se a isso a dificuldade da população em compreender e acompanhar o funcionamento das instituições, especialmente porque a condição para isso acontecer depende de fatores que afetam a cognição política, como formação política, escolaridade e renda (Moisés, 2008). Essas questões implicam diretamente a avaliação dos cidadãos com relação às instituições democráticas, cuja eficiência depende da tradução dos direitos, interesses e preferências da população em políticas públicas. De acordo com Scherer (2010, p. 10), “[...] o desempenho insatisfatório dos partidos e líderes políticos, ao lado da ineficácia das instituições políticas, tem gerado desinteresse, insatisfação e apatia da população em relação à política”. No caso, cada vez mais os cidadãos estão propensos a relativizar a democracia em prol de alternativas que se mostrem capazes de resolver as maiores questões sociais, políticas e econômicas.

Finalizada a descrição do contexto brasileiro, a próxima analisa os resultados a partir de gráficos elaborados com base nos dados do banco do *Latino-barômetro*, dos *surveys* dos anos 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020.

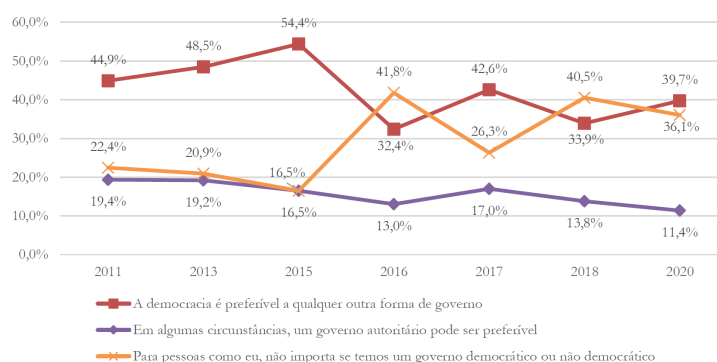
3 A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA COM BASE NOS DADOS (2011-2020)

A presente seção tem por objetivo apresentar os resultados a partir de análise descritiva. As variáveis de ordem avaliativa, cognitiva e comportamental foram divididas em 4 blocos: i) “Preferência, satisfação e avaliação da democracia”, que tem por objetivo demonstrar o nível de legitimidade e apoio que os cidadãos brasileiros dispõem com relação ao regime democrático; ii) “Percepção quanto à representatividade política”; iii) “Percepção quanto à corrupção política”; iv) “Confiança nas instituições democráticas”, dimensão cujo objetivo é medir o grau de credibilidade nas instituições políticas.

Assim, o Gráfico 1, elaborado com base nos indicadores de preferência política, classifica os respondentes em três grupos: i) ao marcar a opção (a) “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, ii) são classificados como democratas; ao selecionar (b) “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível”, iii) considera-se como autoritários; e aqueles que responderam (c) “para pessoas como eu, não importa se temos um governo democrático ou não democrático” são os ambivalentes.

Na leitura do Gráfico 1, constata-se que a quantidade de pessoas com preferência pela democracia é crescente e majoritária entre 2011 e 2015, sendo neste último ano o ponto máximo de aprovação. Contudo, o número de democratas caiu 22 pontos percentuais entre 2015 e 2016. Nesse mesmo tempo, a quantidade de pessoas imparciais, cujo percentual vinha caindo desde 2011, sobressai o número de democratas, subindo 25,3 pontos percentuais. Isso demonstra que,

GRÁFICO 1 Preferência entre democracia e autoritarismo (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarómetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

apesar da crise política que assolava o Brasil desde 2013, os dados começavam a mudar a partir de 2015, quando a popularidade da então presidente Dilma Rousseff (PT) caíra, as manifestações em prol de seu impedimento aumentaram e, em dezembro desse ano, o pedido de impeachment foi aceito pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).

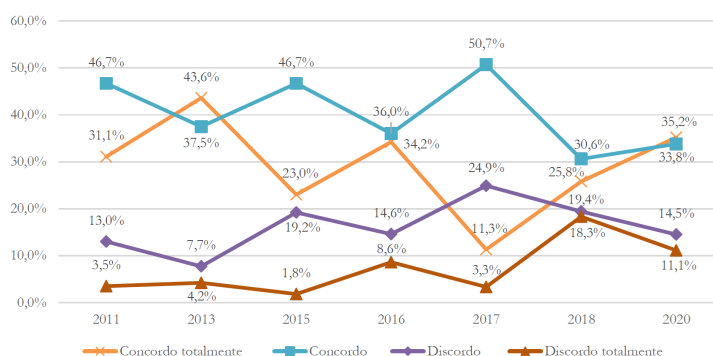
Observa-se que o número de democratas torna a crescer 10,2 pontos percentuais de 2016 a 2017, enquanto a quantidade de ambivalentes cai 15,5 pontos. Esses dados são notados após o impeachment de Dilma Rousseff e a tomada de posse de Michel Temer (MDB), eventos que abrandaram a crise política. Contudo, entre 2017 e 2018, mais uma vez a quantidade de democratas decaiu 8,7 pontos, enquanto a de ambivalente cresce 14,2 pontos. Nesse ínterim, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva é investigado, perseguido e condenado, enquanto a popularidade de Jair Messias Bolsonaro (PSL) aumentava a ponto de ser eleito presidente da república, em outubro de 2018.

Outro dado interessante acerca daqueles que declaram apoio ao autoritarismo é que, apesar de estar em curso um processo de desdemocratização do regime político brasileiro, o que justificaria um possível aumento do número de autoritários, esse número só vinha decaindo de 2011 à 2020 – de 19,4% a 11,4%, variando 8 pontos percentuais. Ademais, os dados indicam que a preferência pela democracia, que antes estava crescendo, passa a oscilar após 2015, especialmente no contexto de crise política que assola o Brasil após a derrota eleitoral da direita, em 2014.

Também relevante é a medida da aprovação do regime democrático, através da escala de concordância com a afirmação “a democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo”. As possibilidades de respostas são: (a) “concordo totalmente”, (b) “concordo”, (c) discordo e (d) discordo totalmente. O Gráfico 2 sintetiza a distribuição dos grupos de acordo com as respostas em

cada ano e, para facilitar a análise, dividem-se os respondentes entre os que aprovam a democracia – soma entre os que responderam as alternativas (a) e (b) – e os que desaprovam – (c) e (d).

GRÁFICO 2 Índice de concordância com a afirmação “A democracia pode ter problemas, mas é a melhor forma de governo” (%)

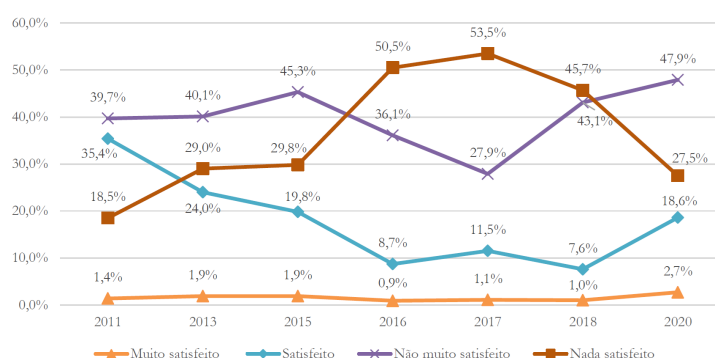


Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarómetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

Aqui constata-se que, em 2011, quando a situação da democracia estaria relativamente estável, a aprovação somava 77,8%, sendo, portanto, alta para o período. Em 2013, esta subiu para 81,1%, a maior do período e cuja aprovação total é superior à parcial. A partir de 2015, essa tendência muda, notando-se o aumento crescente da desaprovação do regime, que perdura e atinge seu ponto máximo em 2018, sendo também o ano com o menor índice de aprovação geral (37,7%). Portanto, o período mais crítico para a aceitação da democracia, segundo os dados do Gráfico 2, foi justamente no ano das eleições presidenciais que tiveram como resultado a vitória de Jair Bolsonaro (PSL). Apesar do relativo alto nível de aprovação com relação ao regime democrático, demonstrado anteriormente, os dados a seguir diferem quanto ao grau de satisfação com a democracia.

No Gráfico 3, nota-se que a parcela da amostra que se declara “muito satisfeita” com a democracia é, ao longo dos anos, constantemente minoritária e com pouca variação (da porcentagem mais baixa, 0,9%, a mais alta, 2,7%, a diferença é de 1,8 pontos percentuais). Já os que se dizem “satisfeitos” com a democracia somaram 35,47% em 2011, a porcentagem mais alta do período, mas esse número foi decaindo até atingir os números mais baixos entre 2016 (8,7%) e 2018 (7,6%), voltando a crescer em 2020. Logo, é possível perceber que, mesmo antes da crise política, o contentamento da população brasileira era baixo, e, com o agravamento dos eventos políticos nesse período, foi se tornando cada vez menor. Em contrapartida, a quantidade de pessoas “nada satisfeitas” só aumentava – entre 2011 e 2017, cresceu 35 pontos percentuais,

GRÁFICO 3 Grau de satisfação com a democracia (%)



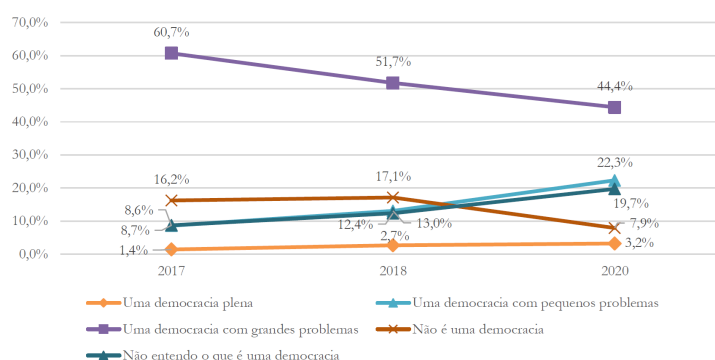
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarómetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

chegando a ser majoritária neste último ano, em contexto pré-eleições presidenciais. Somados aos “não muito satisfeitos”, o número saiu de 58,2% em 2011 para 88,8% em 2018. O dado é alarmante para o contexto e, por isso, pode explicar os eventos que ocorreram naquele ano – novamente, a eleição de Jair Bolsonaro (PSL).

Até aqui, os dados demonstram que, especialmente entre 2015 e 2018, a população brasileira se mostrava mais ambivalente com relação ao seu apoio à democracia. Seu índice de desaprovação, embora minoritário, só crescia. Também evidente neste período é a insatisfação com o regime democrático, que sempre foi majoritário, mas atingiu a gravidade em 2018, como visto no Gráfico 3. Esses dados demonstram como o descontentamento da população pode ter influenciado o processo de desdemocratização do regime político brasileiro. Pode-se considerar a avaliação e a percepção dos brasileiros quanto à democracia um dos fatores determinantes para o fenômeno. As informações do gráfico a seguir são complementares às anteriores, visto que os dados compreendem somente os *surveys* dos anos 2017, 2018 e 2020, considerando que a questão não fez parte do questionário nos anos anteriores.

No Gráfico 4, a quantidade de pessoas que acredita que o regime político brasileiro é uma democracia com grandes problemas foi diminuindo, mas permaneceu majoritária, enquanto aqueles que as classificam como democracia com pequenos problemas foi aumentando (de 8,6% a 22,3%) em consonância com os que não entendem o que é o regime democrático (8,7% a 19,7%). O último dado é igualmente preocupante, pois demonstra que o povo cada vez menos sabe o que é uma democracia e é gradativamente menor o número das pessoas que acreditam que o regime político brasileiro é plenamente democrático. Ao mesmo tempo, aumenta-se a quantidade de votos em candidatos mais autoritários.

GRÁFICO 4 Classificação do estado da democracia no Brasil (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarômetro (2017, 2018 e 2020).

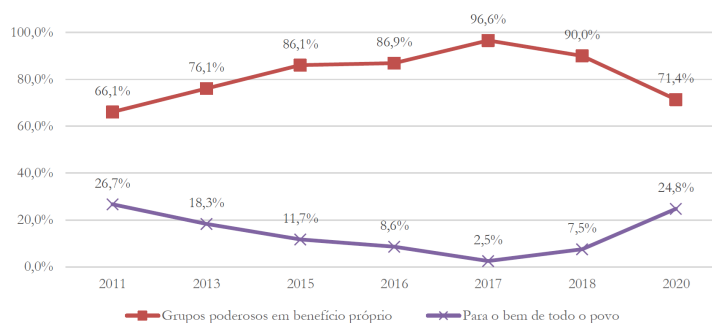
Além disso, cabe notar que, apesar das análises políticas apontarem para a desdemocratização do sistema político brasileiro, a percepção dos cidadãos no geral parece diferir dessa interpretação, principalmente quando observamos que a quantidade de pessoas que responderam que o regime político “não é uma democracia” decaiu consideravelmente – de 16,2% a 7,9%. Isso pode significar que a população considera a própria eleição de Jair Bolsonaro como expressão da vontade da maioria, sendo, portanto, legítima do sistema político. Por fim, são extremamente minoritários aqueles que acreditam que a democracia brasileira é plena (entre 1,4% e 3,2% da população).

O primeiro bloco de análise – gráficos 1, 2, 3 e 4 – demonstra certa ambivalência em relação à democracia, dado que, embora os brasileiros demonstrem possuir valores democráticos, também possuem tolerância a práticas autoritárias. Além disso, houve um crescimento da insatisfação e desaprovação do regime democrático, especialmente nos anos pré-eleitorais (2017 e 2018). Com isso, o cenário brasileiro é de crise de identificação com o sistema político, o que evidencia uma abertura para votar em candidatos autoritários.

O próximo gráfico, que faz parte do segundo bloco de análise, sintetiza os dados obtidos através das respostas dos brasileiros à questão que tem por objetivo conhecer como os brasileiros percebem os interesses do governo, se estes são pessoais ou se consideram o bem-estar da população.

O Gráfico 5 demonstra que, em geral, as pessoas acreditam que o governo é composto por grupos poderosos que tomam decisões políticas com base em seus próprios interesses com a finalidade de obter benefícios pessoais. Esse dado é relevante para a análise, porque os resultados indicam que esse pensamento pode ter sido uma das motivações que levam as pessoas a se descontentar com o governo. Ao sentir que as decisões políticas não são tomadas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e, sim, para que determinado grupo obtenha vantagens pessoais, a avaliação dos brasileiros decaiu consideravelmente.

GRÁFICO 5 Resposta à questão “Em linhas gerais, você diria que o Brasil é governado por alguns grupos poderosos em benefício próprio, ou que é governado para o bem de todo o povo?” (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarómetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

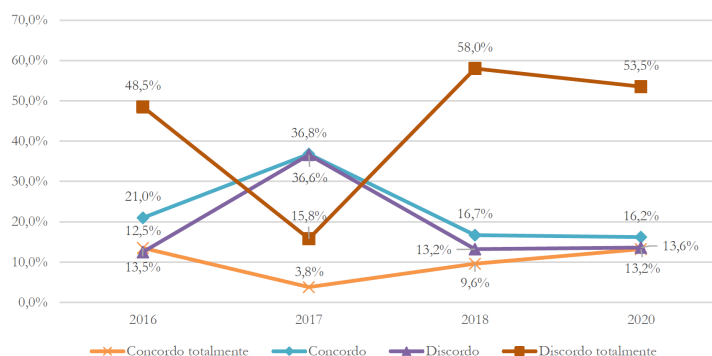
Destaca-se que, em 2011, quando a situação política estava relativamente estável, embora a maioria dos brasileiros percebesse o governo como um grupo restrito voltado a ampliar seus próprios privilégios, havia uma parcela considerável que pensava o contrário. Nota-se que 26,7% da população estaria começando a avaliar o governo como garantidor de seu bem-estar. Com o início da crise política, esse número foi decaindo até chegar, em 2017, a 2,5% da população. Ou seja, a percepção de representatividade do governo foi declinando conforme o cenário político se agravava. Curiosamente, em 2018, esse número voltou a crescer, e em 2020 chegou perto de seu patamar inicial, possivelmente refletindo o retorno da expectativa de melhorias no quadro político, social e econômico.

Outro dado relevante diz respeito ao nível de aceitação da população quanto à corrupção em situações nas quais, apesar dela, os problemas gerais poderiam ser resolvidos. Como afirmado anteriormente, um dos maiores problemas do Brasil, segundo a população, é a corrupção. Isso influencia diretamente as escolhas políticas das pessoas, especialmente na situação em que se encontrava o país, marcada por escândalos como o mensalão e a Operação Lava Jato, que expuseram diversas lideranças políticas. A intensa criminalização da esquerda, em especial do PT, influenciou diretamente a opinião da população, que passava a ver o problema como endêmico. Assim, os resultados do Gráfico 5 mostraram que há muita desconfiança quanto à representação política, dado que a maioria dos brasileiros acredita que o governo prioriza interesses de pequenos grupos em vez do bem-estar da população.

O Gráfico 6, parte do terceiro bloco de análise, mostra o posicionamento em relação à corrupção. Os dados são difusos, provando como essa questão pode ser relativizada dependendo da situação política vivenciada pela população

brasileira. Destaca-se, nesse sentido, a mudança abrupta na parcela que discorda totalmente da afirmação de que “o preço de um certo grau de corrupção pode ser pago, desde que os problemas do país sejam resolvidos”, entre 2016 e 2020.

GRÁFICO 6 Grau de concordância com a sentença “o preço de um certo grau de corrupção pode ser pago, desde que os problemas do país sejam resolvidos” 2016-2020



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarómetro (2016, 2017, 2018 e 2020).

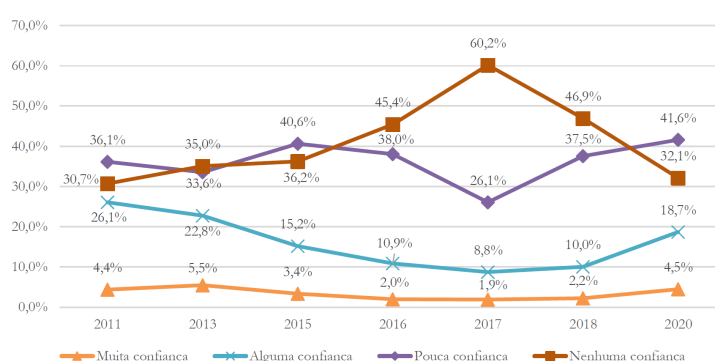
Em 2016, ano em que ocorre o impedimento de Dilma Rousseff, a corrupção mostra-se inaceitável por quase metade da população, independentemente de o governo que pratica atos corruptos ter ou não capacidade de resolver os maiores problemas do país. Passada a euforia que o evento causara na população, no ano seguinte, a porcentagem dos que discordam totalmente cai 32,7 pontos, enquanto a dos que concordam com a premissa sobe de 21% a 36,8%. Ou seja, os brasileiros passam a relativizar atos corruptos desde que o governo resolva os problemas do Brasil. E é interessante notar que a parcela dos que discordam totalmente com a afirmação supera a do ano de 2016, chegando a 58%, no contexto das eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro para a presidência, candidato cujo discurso era anti-establishment e se baseava no discurso anticorrupção. Esses dados, quando somados com aqueles que apenas discordaram com a afirmação, somaram 71,2% da população, demonstrando sua profunda preocupação com o problema.

Até então, os dados demonstram a percepção dos brasileiros com relação ao governo – se este governa a favor da qualidade de vida da população ou se prioriza a obtenção de cada vez mais privilégios, bem como que nível de corrupção seria aceitável caso os problemas da população pudessem ser resolvidos. Essas informações foram selecionadas neste trabalho para investigar quais orientações valorativas levaram as pessoas a aceitar, ou até mesmo a contribuir, para o desmonte da democracia no Brasil. Nota-se que o descontentamento está relacionado à avaliação sobre o governo, que, durante a crise

política, vinha se intensificando – diminuía a tolerância à corrupção e aumentava o pensamento de que cada vez mais as decisões políticas não favoreciam o bem-estar das pessoas. Nesse cenário, aumentava gradativamente a busca por alternativas, independentemente de serem ou não democráticas.

Os gráficos 7, 8 e 9, que fazem parte do quarto bloco de análise de acordo com o Quadro 1, medem o nível de confiança da população, ao longo do período, no Congresso Nacional, no Governo e nos Partidos Políticos, instituições representativas fundamentais para a democracia. Busca-se observar, a partir desses dados, como sua avaliação sobre essas instâncias pode ter influenciado a abertura dos brasileiros a posições antidemocráticas e/ou autoritárias.

GRÁFICO 7 Grau de confiança no Congresso Nacional (%)



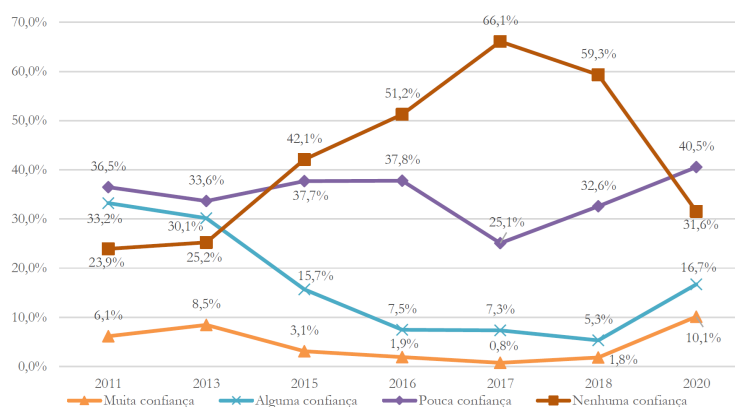
Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarômetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

Aqui, nota-se que os que depositam “muita confiança” no Congresso Nacional são, desde 2011, minoria. Já a quantidade daqueles que confiam pouco vinha gradativamente decaindo até chegar no ponto mais baixo em 2017, voltando a crescer a partir de 2018 e chegando em 2020 a um patamar próximo do que se encontrava em 2011. Destacam-se, contudo, os que responderam ter “nenhuma confiança” no Congresso Nacional: partindo do patamar mais baixo – em 2011, 30,7% da população –, essa parcela evolui todos os anos, até chegar a 60,2% em 2017. Somando-se aos que declararam ter “pouca confiança”, o número chega a 86,3%, demonstrando, portanto, um nível alto de desconfiança dos brasileiros em relação à instituição representativa.

No contexto em que a maioria da população nutria forte desconfiança quanto ao Congresso Nacional, sua atuação, especialmente durante o mandato de Dilma Rousseff, foi evidente para a população. Isso pode ser explicado pela falta de apoio dos parlamentares à aprovação de decisões políticas, isto é, por um papel mais omissivo da instituição. Contudo, percebe-se que os dados mudam especialmente no ano de 2017, após o impedimento de Dilma e da tomada de posse de Michel Temer (2016-2018). Diferentemente da ex-presidente, Temer

contava com expressivo apoio parlamentar, especialmente da maioria que votou a favor do afastamento de Dilma. Nesse período, a atuação do Congresso Nacional foi fundamental, especialmente para aprovar diversas medidas neoliberais, incluindo a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista, chegando a discutir a Reforma da Previdência.

GRÁFICO 8 Grau de confiança no Governo (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarômetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

No Gráfico 8, verifica-se como os brasileiros se distribuem quanto à confiança no governo. Observa-se que o índice dos que possuem “muita confiança” é constantemente minoritário. Contudo, há variações: a porcentagem mais alta é verificada em 2020 (10,1%), quando Jair Bolsonaro (PSL) foi presidente da República; a segunda mais alta do período é percebida no ano de 2013 (8,5%), ano em que Dilma Rousseff governava e ocorreram as jornadas de junho. Em contrapartida, o menor percentual daqueles que possuem alta confiança no governo pode ser percebido em 2017, no contexto pré-eleições presidenciais com Michel Temer na presidência.

No que diz respeito aos que possuem “alguma confiança” no seu governo, o percentual mais alto acontece em 2011 (33,2%), período de relativa estabilidade política. Desde então, esse número passou a decrescer, chegando a 5,3% em 2018. Entre 2018 e 2020, porém, é possível perceber que o padrão muda em relação a 2015-2018: o número daqueles que confiam parcialmente cresce 11,4 pontos percentuais. Nesse intervalo, Jair Bolsonaro vence as eleições presidenciais e assume o poder em janeiro de 2019.

Por outro lado, o dado mais evidente no gráfico é o dos que declaram possuir “nenhuma confiança” no governo. De 23,9% em 2011, a porcentagem cresce todos os anos até chegar a 66,1% em 2017. Entre 2013 e 2015, o crescimento foi de 16,9 pontos percentuais, o maior do período. Nesse intervalo, ocorreram as jornadas de junho de 2013, manifestações que demonstraram a

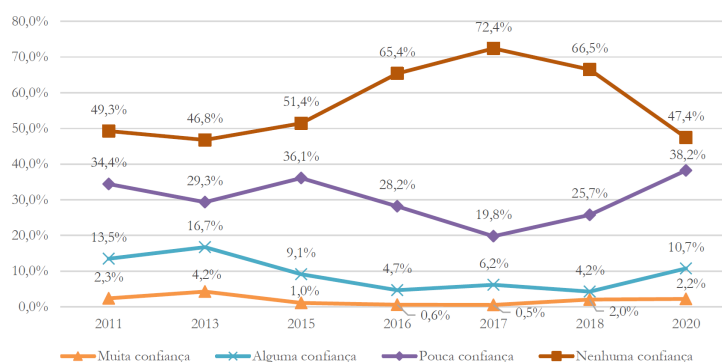
grande insatisfação da população com o governo; a derrota eleitoral da direita e a queda da popularidade de Dilma Rousseff, então presidente da República. Em 2016, com o impeachment de Dilma, o vice-presidente Michel Temer (MDB) assume o cargo.

Mandatário de um partido de centro e contando com alta adesão do Congresso Nacional, Temer aprova uma série de medidas liberais e impopulares. Durante seu governo, a greve dos caminhoneiros e a profunda crise econômica geraram ainda mais insatisfação da população. As medidas adotadas por Temer o tornaram o presidente mais rejeitado do período da redemocratização: segundo pesquisa do Datafolha, em junho de 2018, a reprovação de seu governo chegou a 82% (Bretas, 2018).

Entre 2016 e 2018, o número dos que não confiam no governo tornou-se majoritário, atingindo seu ápice em 2017. À medida que se aproximavam as eleições presidenciais, o número decresce 6,8 pontos percentuais, mas o decréscimo mais significativo ocorreu em 2018 e 2020 – redução de 27,7 pontos percentuais –, após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro para a presidência.

Somando os que possuíam “nenhuma confiança” com os que tinham “pouca confiança”, percebe-se que o menor índice foi em 2013 (58,8%) e o maior foi em 2018 (91,9%). Sendo assim, o período pré-eleições presidenciais configurou-se como o mais crítico em relação à baixa confiança da população brasileira no governo. O gráfico a seguir apresenta os dados de confiança da população brasileira em outra instituição representativa fundamental: os partidos políticos.

GRÁFICO 9 Grau de confiança nos Partidos Políticos (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do Latinobarómetro (2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020).

Nota-se que os que declararam ter “muita confiança” nos Partidos Políticos são constantemente minoritários, sendo a maior proporção em 2013 (4,2% da população) e a menor em 2017 (0,5% dos brasileiros). Os que afirmaram ter

“alguma confiança” também foram minoritários, variando entre 16,7% em 2013 e 4,2% em 2018.

Destaca-se os que manifestaram “nenhuma confiança” nos Partidos Políticos, número que varia entre 46,3% em 2013 e 72,4% em 2017, sendo majoritário entre 2015 e 2018. Somando com os que declaram ter “pouca confiança”, o indicador de desconfiança varia entre 76,1% (2013) e 92,2% (2017, 2018). Os dados configuram a alta desconfiança da população nos Partidos Políticos, com destaque para os anos cujo cenário era de pré-eleições presidenciais, que logo mais elegeriam Jair Bolsonaro (PSL) como presidente do Brasil.

Assim, há uma crise de confiança nas instituições políticas, que somada à ambivalência em relação à democracia, ao descrédito na representação política, à baixa tolerância à corrupção, pode evidenciar que os brasileiros estão mais receptivos a alternativas autoritárias. Considerando um cenário de alta polarização política, de insatisfação geral e da continuidade de traços da cultura política brasileira, como personalismo, clientelismo, paternalismo e patrimonialismo, que alimenta a valorização excessiva da figura presidencial, os dados podem indicar que a população está disposta a relativizar a democracia em busca de soluções para problemas do país, como a desigualdade, a corrupção e a insegurança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou a responder à seguinte pergunta: como se configuram as atitudes, crenças e valores políticos dos brasileiros durante o processo de desdemocratização ocorrido entre 2013 e 2022? Nosso argumento foi de que, embora os brasileiros possuam valores democráticos, eles também possuem certo grau de tolerância a práticas autoritárias, o que indica uma probabilidade de continuidade de velhas tradições da cultura política brasileira (personalismo, clientelismo, paternalismo e patrimonialismo). Para verificar essa hipótese, empregou-se um recorte temporal de 2013 até 2022 do banco de dados do Latinobarómetro.

Os resultados demonstram que, em relação à aprovação dos brasileiros à democracia há um cenário de ambivalência, com crescimento dos índices de desaprovação e de insatisfação com o regime, sobretudo em 2017 e 2018, contexto pré-eleições presidenciais. Sobre a classificação da democracia, o povo brasileiro cada vez menos entende o que é o regime democrático, enquanto gradativamente classificam menos o sistema político como uma democracia plena. Já em relação à percepção dos brasileiros sobre a representação política, a grande maioria acredita que o governo toma decisões priorizando vantagens pessoais de um pequeno grupo, em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população. Esse fenômeno atinge seu ápice em 2017, ano marcado por crise política, econômica e elevada insatisfação, quando Michel Temer (PMDB), não eleito pela população, ocupava a Presidência.

No que tange à opinião dos brasileiros a respeito da corrupção, observa-se uma variação interessante: Entre 2016 e 2017, após o impeachment de Dilma Rousseff, a intolerância total em relação aos atos corruptos caiu mais de 30 pontos percentuais, mas entre 2017 e 2018, no contexto pré-eleitoral, houve um crescimento de 42,2 pontos percentuais. Isso significa que Jair Bolsonaro foi eleito em um cenário no qual a maioria da população apresentava baixa tolerância à corrupção. Por fim, os dados que mediram a confiança da população brasileira no Congresso Nacional, no Governo e nos Partidos Políticos mostram que o nível de desconfiança dos brasileiros é alto, sobretudo em 2017. Esses resultados são observados após o impeachment de Dilma Rousseff e indicam uma contradição: esperava-se que, com a retirada do PT do governo, partido com alto grau de impopularidade, a confiança nas instituições aumentasse, dada a legitimidade popular do impeachment. Pelo contrário, os dados mostraram que a insatisfação da sociedade brasileira com o cenário político só aumentava. Portanto, o nível de credibilidade depositado pelos cidadãos em suas instituições representativas é alto e indica que tal grau de desconfiança pode gerar menos probabilidade das pessoas de defender o regime democrático quando este estiver em situação de risco.

Ademais, nota-se que desde as eleições de 2010, com a vitória de Dilma Rousseff (PT), o eleitorado brasileiro encontra-se profundamente dividido. A eleição de Jair Bolsonaro (PSL), que interrompeu a sequência de vitórias do PT na presidência, não melhorou essa situação. A polarização política ampliou-se, como pode ser observado em 2022, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu por uma margem muito pequena. Ou seja, embora haja excessiva valorização da figura do Presidente da República, fato que dá margem ao surgimento de populismos, a polarização gera insatisfação em grande parte dos brasileiros, que, somada à desconfiança generalizada nas instituições democráticas e nos políticos, tem gerado desaprovação quanto ao regime político, conforme demonstrado pelos resultados.

Finalmente, partindo do pressuposto que existe relação entre o desempenho das instituições democráticas e a cultura política da população, conclui-se que: i) embora os brasileiros possuam valores democráticos, cada vez menos classificavam o regime político como uma democracia plena e progressivamente mais declaravam não entender o que é democracia, o que pode configurar uma crise de identificação com o sistema político; ii) a população brasileira tem se mostrado nos últimos anos mais aberta a votar em candidatos autoritários, demonstrando insatisfação com o cenário político em geral, inclusive após passar por um governo de centro-direita, com Michel Temer no poder, que foi o presidente mais impopular do período de redemocratização; por fim, iii) os cidadãos brasileiros possuem certo grau de tolerância a práticas autoritárias, reproduzindo as velhas tradições da cultura política brasileira de teor personalista, clientelista, paternalista e patrimonialista. Assim, os brasileiros estão dispostos a relativizar a democracia em prol de alternativas que possam

solucionar os maiores problemas da sociedade brasileira – como desigualdade social, corrupção, insegurança e outras privações de direitos fundamentais –, principalmente após vivenciar a democracia e suas instituições e perceber com o tempo que tais problemas perduram até os dias atuais.

Por fim, este estudo considera que novos trabalhos sejam realizados acerca da temática, aprofundando a discussão de como se configuram os valores, crenças e atitudes políticos da população brasileira e como isso pode afetar a qualidade da democracia. A partir desta pesquisa, incentiva-se a continuidade de novos estudos que empreguem ainda mais conceitos relacionados com cultura política e sua relação com a democracia. Considerando que, para que a democracia possa alcançar sua consolidação e qualidade, é fundamental compreender os valores da população e, assim, traçar um caminho para superação de obstáculos de maneira mais efetiva.

5 REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Luciana. *Crise de hegemonia e solução autoritária no Brasil*. In: Encontro Anual da ANPOCS, 44., 2020, São Bernardo do Campo-SP. *Anais [...]*. São Bernardo do Campo-SP: UFPB, 2020.
- ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1963.
- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, 2003.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.
- BBC NEWS BRASIL. *Bolsonaro presidente: a surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto*. Londres: BBC, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959>>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- BRETAS, Valéria. Com 82% de rejeição, Temer se torna presidente mais impopular da história. *Exame*, São Paulo, 10 jun. 2018. Disponível em:

- <https://exame.com/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Politeia, p. 50, 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001.
- FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (International IDEA). *Global Democracy Weakens in 2022*. Estocolmo: International IDEA, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.idea.int/news/global-democracy-weakens-2022>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Valores democráticos. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 375-390.
- MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.
- PINTO, Surama Conde de Sá. Algumas considerações sobre a relação eleições, voto e democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 42, n. 90, 2022.

- PODER 360. *Há 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra*. Brasília: PODER 360, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- SCHERER, Rafael Sabini. *Subsídios para a consolidação democrática: os casos de Brasil e Venezuela*. 2010. Monografia (Bacharelado em Relações internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SCHUINSKI, Rodrigo Menegat. Democracias sofrem erosão antes de ruir. *In*: DW. Bonn, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/democracias-sofrem-erosao-antes-de-ruir/a-63116697>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, 2021.
- STRUCK, Jean-Philip. Há um ano Dilma dava a última cartada. *In*: DEUTSCHE Welle. Bonn, 16 mar. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ha-um-ano-dilma-dava-a-ultima-cartada/a-37975427>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index: metodologia e classificação dos regimes políticos. London: The Economist Intelligence Unit, 2023. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge University Press, 2007.
- V-DEM INSTITUTE (Varieties of Democracy). Home-page: V-Dem Project – Varieties of Democracy. Disponível em: <https://v-dem.net/>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- V-DEM INSTITUTE. *Democracy Report 2020: Autocratization Surges – Resistance Grows*. Gothenburg, 2020. p. 6. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/publications/democracy-reports/>. Acesso em: 11 jul. 2023.